



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.325, DE 2023

(Do Sr. Jonas Donizette)

Altera o art. 5º do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-3360/2019.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. JONAS DONIZETTE)

Altera o art. 5º do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera o art. 5º do Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para prever a rejeição liminar de denúncia em face de Prefeito, em casos específicos.

Art. 2º O inciso II, do art. 5º, do DL nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito, se outro não for estabelecido pela legislação do Estado respectivo:

I -

II - De posse da denúncia, na primeira sessão, o Presidente da Câmara poderá aceitar ou rejeitar a denúncia. Se aceita, após sua leitura e decidido o recebimento pela Câmara pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator.

III- O Presidente da Câmara rejeitará liminarmente eventual denúncia inepta ou desprovida de justa causa.

.....(NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO



Pelo presente projeto de lei, pretendemos introduzir a possibilidade da *rejeição liminar de denúncia*, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, nos processos de apuração de infrações político-administrativas de Prefeitos municipais.

Realmente, não é justo que uma denúncia inepta ou sem justa causa chegue a ser lida e submetida à apreciação dos Vereadores, manchando a imagem do denunciado mesmo que a denúncia não seja acatada pela Casa Legislativa.

Na esfera Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados pode ou não colocar em pauta uma denúncia, conforme a Conjur, na reportagem “Legislação não prevê prazo para análise de pedido de impeachment, reforça STF”, do dia 24 de maio de 2022 :

“Não existe, no ordenamento jurídico vigente, nenhuma norma que exija o processamento automático ou com prazo estabelecido de pedido de impeachment.

Não cabe à Câmara dos Deputados a análise de pedidos de impeachment contra Bolsonaro, decide STF Luis Macedo/Câmara dos Deputados

Com esse entendimento, o Plenário do Supremo Tribunal Federal manteve decisão em que a ministra Cármen Lúcia rejeitou ações para que a Corte determinasse ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), a análise e o encaminhamento de pedidos de impeachment contra o presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), ou a fixação de prazo para a providência.

A decisão unânime foi tomada na sessão virtual encerrada no último dia 20 de maio, no julgamento de agravos regimentais interpostos em três Mandados de Segurança — MS 38.034, 38.133 e 38.208.

Em seu voto a favor do desprovimento dos agravos regimentais, a ministra Cármen Lúcia explicou que a alegada demora na apreciação e no encaminhamento das denúncias não é um direito dos autores do pedido de impeachment, "por mais numerosos que sejam os subscritores e apesar do inegável peso cívico que tenham".



Assim, propomos a rejeição liminar de denúncia com fortes evidências de inépcia ou ausência de justa causa, e contamos com a colaboração de nossos pares para aprovar a presente proposição.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado JONAS DONIZETTE

2023-349



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

DECRETO-LEI Nº 201, DE
27 DE FEVEREIRO DE 1967
Art. 5º

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1967-02-27;201>

FIM DO DOCUMENTO